

País pagará 63 bilhões em 20 anos



Mailson: 'Vamos vencendo as negociações ponto a ponto'

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciou ontem que os bancos credores do Brasil aceitaram reescalonar o total da dívida brasileira com os bancos privados por um prazo de 20 anos, com carência de oito anos e spread de 0,8125%. Esse acerto levará o reescalonamento da dívida brasileira até o século XXI; o limite final do acordo é o ano 2008.

Mailson afirmou que esse é um ponto importante no processo de negociação do acordo de médio prazo, que ele espera ver fechado até o fim do mês. "Vamos vencendo as negociações ponto a ponto, o que nos renova a esperança de conseguir o acordo final", disse o ministro. Pelo entendimento anunciado ontem, os credores vão reescalonar 95% da dívida brasileira com os bancos privados, estimada em US\$

67,6 bilhões, o que dá US\$ 63,2 bilhões.

Esse montante inclui contratos que vencem de 86 a 93, e deixa de fora apenas os vencimentos a partir de 94, que respondem por 5% do total. O Brasil começará a amortizar os US\$ 63,2 bilhões a partir de 96, pagando 2% da dívida. Esse percentual vai subindo gradativamente até alcançar 10% do total em 2008. Até 97, o Brasil paga apenas os juros, além de algumas parcelas do principal a título de "sinal" da disposição de continuar a cumprir o acordo. O ministro da Fazenda não soube dizer quantas seriam nem qual o valor dessas parcelas, mas garantiu que elas não representam uma fração significativa do total.

ACORDO FINAL

Todas essas condições dependem do fechamento do acordo final de médio prazo, que inclui, além do

reescalonamento do principal, também o refinanciamento dos juros vencidos desde o início da moratória, em fevereiro de 87, até o primeiro semestre de 89.

As condições preliminares para o acerto dos juros foram definidas na semana passada: um montante de US\$ 5,8 bilhões, incluindo os 3 bilhões acertados no ano passado pelo ex-ministro Bresser Pereira, somados a US\$ 600 bilhões para a recomposição das linhas de crédito comercial de curto prazo. O spread acertado é também de 0,8125%, que representa uma redução substancial sobre o spread médio de 1,6% que o Brasil paga hoje.

Mailson disse ontem que o reescalonamento do principal é importante porque vai aliviar significativamente a carga da dívida sobre o setor público. "A União, governadores, prefeitos e dirigentes de empre-

sas estatais só precisarão se preocupar com o pagamento de juros nos próximos oito anos. Este acordo permitirá uma grande reestruturação da dívida do setor público", afirmou, o ministro.

O ministro acredita que o acordo final de médio prazo com os bancos privados e a regularização das relações do País com instituições como o Banco Mundial e o FMI trarão desnecessárias novas renegociações para refinanciamento de juros.

Entre os pontos que falta definir para o fechamento do acordo de médio prazo estão a maneira como se fará a aplicação do novo spread, sobre o estoque da dívida — se de uma vez ou parceladamente, e se apenas sobre a dívida do setor público, ou também sobre contratos particulares. (Brasília Agência Estado)